

ENTRE O NEOTECNICISMO EMPREENDEDOR E A AUTORIDADE DOCENTE

Carlos Betlinski¹
Juliana da Silva Lopes Kaloczi²

RESUMO

O neotecnicismo empreendedor, compreendido como acesso e manejo às tecnologias de informação e comunicação em seu aspecto primário da socialização, somado a uma leitura pragmática das atividades sociais, influencia os novos contextos educacionais. Nesta conjuntura, a autoridade docente entrou em declínio, uma vez que deste é retirado o papel central no processo educacional, sendo substituído, cada vez mais, por dispositivos tecnológicos. Também, a sua autoridade como detentor dos saberes sobre os objetos dos currículos educacionais declina, na medida em que todos têm acesso à informação na palma da mão por meio de *smartphones*, por exemplo. Ao analisar essa temática, no presente trabalho buscou-se responder à seguinte questão: Entre o passado e o futuro, quais desafios se colocam para o exercício do ofício do educador no presente? Para responder a esse questionamento realizou-se uma pesquisa bibliográfica tendo como os principais referenciais teóricos Jean Jacques Rousseau (1995) e Hannah Arendt (2007). A partir do entendimento do papel do docente, segundo as perspectivas filosóficas de Rousseau e de Arendt, atenta-se sobre os desafios enfrentados pelos educadores na sociedade contemporânea para exercer sua função social. Estas perspectivas filosóficas permitiram atribuir valor ao papel do educador nos novos contextos, reafirmando a figura do educador governante como autoridade social e pedagógica, responsáveis pela formação humana para a vida comum e para a sociedade democrática.

Palavras-chaves: autoridade; governança em educação; neotecnicismo empreendedor; Rousseau; Hannah Arendt.

BETWEEN ENTREPRENEURIAL NEOTECHNICISM AND TEACHING AUTHORITY

ABSTRACT

Entrepreneurial neotechnicism, understood as access and management of information and communication technologies in their primary aspect of socialization, added to a pragmatic reading of social activities, influence the new educational contexts. At this juncture, teaching authority has declined, since it is removed from the central role of the educational process, being increasingly replaced by technological devices. Also its authority declines, as the knowledge holder on educational curricula objects, as everyone has access to information in the palm of their hand, through smartphones, for example. By analyzing this theme, the present work sought to answer the following question: between the past and the future, what challenges are posed for the exercise of the educator's craft in the present? Answering this question, a bibliographic research was carried out, as main theoretical references Jean Jacques Rousseau (1995) and Hannah Arendt (2007). From the understanding of the teacher's role according to the philosophical perspectives of Rousseau and Arendt, it is opposed to the challenges faced by educators in contemporary society to exercise their social function. These philosophical perspectives allowed attributing value to the educator role in the new contexts, reaffirming the figure of the governing educator, social and pedagogical authority, responsible for human formation for common life and for a democratic society.

Keywords: authority; governance in education; entrepreneurial neotechnicism; Rousseau; Hannah Arendt.

Submetido em: 27/10/2022

Aceito em: 4/6/2023

Publicado em: 2/1/2024

¹ Universidade Federal de Lavras. Ufla. <https://orcid.org/0000-0003-1747-466X>

² Universidade Federal de Lavras. Ufla. <https://orcid.org/0000-0003-0750-6031>

INTRODUÇÃO

O fim do século 20 e início do 21 trouxe um novo contexto chamado de neotecnismo empreendedor para o setor da educação. Este pode ser entendido como a centralidade no acesso e manejo das tecnologias de informação e comunicação, as quais passam a ocupar um papel primário no processo de socialização. Nesse sentido, o modo como se enxerga o mundo passa a associar a felicidade ao lucro de tal forma que a educação não tem como função a promoção de autonomia e cidadania, mas tem como missão principal a produção de um indivíduo útil à produção mercadológica. Trata-se, aqui, da valorização do mundo do trabalho em detrimento do mundo do pensamento, como compreende Arendt (2007).

A filósofa assevera que na modernidade há um declínio da autoridade em diversos setores da vida social e que esse processo está relacionado ao declínio da tradição. No contexto da sociedade atual, marcada pela presença excessiva dos aparelhos tecnológicos de comunicação, o declínio da autoridade do professor é percebido dentro das salas de aula, seja por meio do uso de algoritmos, transferência das funções dos professores para as máquinas, por exemplo na elaboração e correção de testes (Zuin; Zuin, 2020), ou, até mesmo, seja pelo uso excessivo de celulares durante as aulas que, em alguma medida, menospreza a profissão docente, desvalorizando, assim, o acolhimento, a emoção, a troca e a humanidade entre alunos e professores no plano real, social e político (Pereira; Zuin, 2019).

Além disso, como apontam Gruschka e Zuin (2020), as cenas de violência dirigidas contra professores, vistas nas salas de aula, decorrência de suas intervenções quanto ao uso de *smartphones*, têm como uma das possíveis razões o declínio da autoridade docente ocasionado pela utilização dos meios digitais. É forçoso admitir que um aparelho de celular se tornou parte do próprio corpo de praticamente todos os indivíduos, não só dos estudantes. Em sala de aula, porém, seu uso torna-se um obstáculo para práticas educacionais como as que ocorriam em épocas anteriores à democratização do acesso a essas tecnologias. Tudo isso, associado a políticas de desvalorização do trabalho docente, contribuiu para que a figura do professor perdesse parte de seu prestígio social.

As tecnologias da informação e comunicação, entretanto, não são absolutamente maléficas à educação. Os desafios da profissão docente, sobretudo no Ensino Superior, fruto da lógica neoliberal, faz com que plataformas como o *YouTube* se tornem fonte de renda para professores com motivação criativa e inovadora. Isto faz com que se encontrem conteúdos de qualidade, capazes de realmente auxiliarem na construção de conhecimento crítico e autônomo por parte dos estudantes sobre os mais diversos assuntos.

Somam-se a isso as medidas de contenção da pandemia da Covid-19 que assolam o mundo ainda neste ano de 2021, fazendo com que a relação docente-discente fosse, em alguma medida, apenas possível por intermédio da mediação tecnológica. As aulas ministradas via plataformas, como *Zoom*, *Meet*, *Teams*, realizadas de maneira síncrona, ou roteiros e atividades assíncronas via ambiente virtual de aprendizagem, obrigaram, mesmo os docentes mais receosos, a aventurar-se na educação mediada por tecnologia.

Neste cenário, o presente trabalho foi guiado pela pergunta: Entre o passado e o futuro, quais desafios se colocam para o exercício do papel do educador do presente? A questão proposta faz alusão a um livro clássico de Hannah Arendt, e pretende catalisar a discussão sobre a autoridade docente em contexto da sociedade tecnológica do início do século 21 e de como se torna necessário arquitetar o papel docente a partir dos desafios que os processos educativos atualmente impõem.

Como objetivos para o desenvolvimento deste trabalho propusemos: caracterizar a função social do educador nas perspectivas de Rousseau e Arendt; relacionar o conceito de autoridade com o papel do educador e apontar alguns dos grandes dilemas para o trabalho docente na sociedade da cultura audiovisual.

Para responder ao problema proposto, apoiamos-nos nas obras “Emílio, ou, da educação”, de Jean-Jacques Rousseau, e “Entre o passado e o futuro”, de Hannah Arendt, como principais referenciais teóricos. Estas obras serão o principal suporte para reafirmarmos as concepções de educação e autoridade desses pensadores, que, a nosso ver, ainda são atuais. Deste modo, realizamos nossa análise apresentando as seguintes etapas organizativas do texto: A concepção educacional de Rousseau: o pedagogo governante; Hannah Arendt: educação e autoridade docente; e os desafios da autoridade pedagógica no contexto do neotecnismo e da cultura audiovisual.

A CONCEPÇÃO EDUCACIONAL DE ROUSSEAU: O PEDAGOGO GOVERNANTE

O pressuposto da pedagogia de Rousseau é apresentado a partir do seguinte mote: o homem é naturalmente bom, sendo corrompido pela sociedade. A educação tem a função, portanto, de conservar no homem aquilo que ele aprende da natureza, de modo que esta se torna uma educação negativa³. O centro do processo de tal pedagogia é o ato de ser livre e a prática da autonomia, elemento primordial para a democracia rousseauiana, posto que é a base para uma vontade geral infalível (Rousseau, 2006). Desse modo, Rousseau atrela a sua pedagogia à concepção de uma política democrática.

Note-se que esta noção que relaciona pedagogia à democracia ressoa na Constituição Federal da República do Brasil (Brasil, 1988). Em seu artigo 205, o texto constitucional afirma que: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Com isso, a educação constitui-se, primeiramente, como política pública, que implica participação de toda sociedade civil, para que seja democrática em seus princípios⁴. Ela busca o desenvolvimento pleno da pessoa humana, inclusive socioe-

³ “A primeira educação deve ser puramente negativa. Consiste, não em ensinar a virtude ou a verdade, mas em proteger o coração contra o vício e o espírito contra o vício e contra o erro. Se pudésseis nada fazer e nada deixar que fizessem, se pudésseis levar vosso aluno são e robusto até a idade de doze anos sem que ele soubesse distinguir a mão esquerda da direita, desde vossas primeiras lições os olhos de seu entendimento se abririam para a razão” (Rousseau, 1995, p. 91).

⁴ É neste sentido que se constituem Conselhos de Educação em seus mais diversos níveis (Federal, Estadual e Municipal) e os Conselhos de Escola.

mocional⁵. Tem por objetivo a formação cidadã, portanto, de um indivíduo autônomo, como propõe Rousseau, e que esteja apto ao exercício da cidadania e ao mundo do trabalho.

Ao tratarmos da questão constitucional da educação como preparação para o exercício da cidadania, devemos lembrar que este, em uma sociedade democrática, pressupõe autonomia. A escola, no entanto, tornou-se uma instituição de normalização dos indivíduos em preparação para o mercado de trabalho, dando preferência a apenas um aspecto do texto da Carta Magna⁶. Nesse sentido, poderíamos problematizar se: Do modo como nossas escolas são estruturadas elas cultivam a autonomia no discente? Assume-se, de fato, como missão prioritária a formação para a cidadania?

As noções de autonomia e autoridade em pedagogia, entretanto, não aparecem de maneira aleatória na obra de Rousseau. Trata-se de um movimento crítico à educação tradicional de seu tempo, dada pelo método escolástico. De modo resumido, a educação escolástica reforçava o papel da autoridade do docente em seus mais diversos níveis. Vale lembrar que é no período medieval que surgem as primeiras corporações de ofício, nas quais os intelectuais se organizam e passam a fazer uso público da razão, notadamente, nas universidades (Le Goff, 2003). Dentro desta nova estrutura educacional, o ensino passa a se organizar por meio do comentário aos textos clássicos da filosofia, em especial o ensino da obra recém-chegada de Aristóteles, em torno do ano de 1150. Além disso, organizam-se contendas entre alunos, em que o debate era resolvido pelo professor, responsável por solucionar a questão mediante as objeções apresentadas pelos debatedores. Toda esta metodologia reforçou um papel autoritário e um verticalismo em educação nos seus mais diversos níveis.

Rousseau, por outro lado, busca reforçar o papel do educador e do meio natural e social no processo educativo. Segundo Wendt e Dalbosco, “o primeiro com o papel de ofertar ao seu aluno a experiência, o contato, com tudo que o circunda. O segundo, como mediador da relação da criança com aquilo que vai descobrindo” (2012, p. 238). Neste sentido, parece-nos que, diante da atual situação, o filósofo genebrino indicaria o caminho da mediação da experiência entre o aluno e o meio, ainda que este meio seja o *YouTube* e demais redes sociais. Pode-se levantar aqui dupla objeção: Se a educação rousseauiana busca restaurar no homem os valores anteriores à sociedade, ou seja, da natureza, como podemos pensar o papel de um educador ao invés da permissividade total? Ainda que compreendamos o papel do educador e sua autoridade de outro modo, as novas tecnologias são produtos da sociedade, não da natureza, então, como conciliá-las à ideia de retorno à natureza?

Quanto a primeira objeção sobre a restauração dos valores naturais do homem, cumpre afirmar que a proposta rousseauiana de educação não é um ato de permissividade total. A liberdade proposta por Rousseau não pode, de maneira alguma, ser

⁵ A competência geral número oito da Educação Básica, preconizada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promove a educação socioemocional quando afirma: “Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas” (Brasil, 2018, p. 10).

⁶ Essa priorização do mundo do trabalho em detrimento à formação cidadã poderá ser evidenciada ainda em Arendt, ao tratar da questão do mundo do labor e do pensamento, já anunciados em nossa introdução.

confundida com licenciosidade, ausência total de limites e, até mesmo, com a falta de normatividade. Ao contrário, os impedimentos e as regras podem estar inseridos nas especificidades demandadas pelo educando⁷. Ademais, tais limites precisam ser considerados como a firmeza necessária, tendo em vista a própria felicidade da criança e o projeto democrático⁸.

Isto é dito de maneira que parece ser repetida por um ilustre poeta contemporâneo: “meninos mimados não podem reger a nação” (Criolo, 2017). Um cidadão que, na democracia, participa do governo de seu Estado, não pode ser um indivíduo “mimado” que busca apenas a satisfação de seus interesses pessoais. É necessário recordar-se aqui da finalidade da política em Rousseau, que é a promoção do bem comum. Basta que se pense no modelo de governo que o filósofo genebrino se opõe, a saber, o absolutismo. Monarcas absolutistas confundiam a sua *persona* com a pessoa do Estado, como é o caso do Rei Luís XIV, da França, que declarou que o “Estado sou eu”. Esta política do absolutismo monárquico é marcada por certo despotismo, que busca a promoção do bem para o monarca, mas não para a sociedade. Numa sociedade democrática um homem público, como pensa Rousseau, é educado para a autonomia, mas também para reconhecer certos limites da moralidade, que o impedem de realizar certas buscas em nome do bem comum. É por isso que a educação não pode ser vista como total permissividade, pois a política não é pura permissividade, e a pedagogia está atrelada à função de construção de uma sociedade democrática que visa à promoção do bem comum a todos os indivíduos que dela participam.

A segunda objeção ressalta que tal questão só pode ser levantada segundo uma leitura de Rousseau primitivista baseada, sobretudo, numa assimilação da ideia de natureza rousseauiana, aquela proposta pelos românticos. Autores românticos propõem que tudo aquilo que é natural opõe-se àquilo que é social, compreendido por eles como artificial. Segundo Wendt e Dalbosco (2012), não é nesse sentido que a obra do autor de Genebra nos encaminha. Para ele, o natural da educação está estritamente relacionado à sociedade, compreendida como caráter normativo. Tal interpretação pode ser reforçada pela concepção do filósofo sobre a impossibilidade de retornar-se ao estado de natureza, em que não haveria sociedade. É preciso que se retorne aos valores naturais ao mesmo tempo em que se reforce o papel normativo da sociedade, como apontado na resposta à objeção anterior. Deste modo, as tecnologias da comunicação e as demais redes sociais também se encontram como meios, locais possíveis onde o educando pode realizar e reconhecer experiências. O educador tem como função apresentar o educando a este meio, atuando como mediador entre os dois. É neste sentido que o filósofo considera o papel do educador como o de um governo temporário do educando, que deve assumir seu próprio governo ao chegar à maioridade.

⁷ “Daí com prazer, recusai somente com repugnância, mas que todas as vossas recusas sejam irrevogáveis; que nenhuma importunidade vos abale; que o não pronunciado seja um muro de bronze, contra o qual a criança não terá investido cinco ou seis vezes e já não tentará derrubá-lo” (Rousseau, 1995, p. 88).

⁸ “Como posso conceber que uma criança de tal modo dominada pela cólera e devorada pelas paixões mais irascíveis possa algum dia ser feliz? Feliz, ela! É um déspota; ao mesmo tempo, é o mais vil dos escravos e a mais miserável das criaturas” (Rousseau, 1995, p. 81).

Deste modo, Rousseau e sua proposta pedagógica iluminam algumas das questões que foram levantadas no início deste texto sobre o papel do educador diante das novas tecnologias. Sua responsabilidade neste cenário é de apresentar estas tecnologias aos educandos, sempre buscando um fortalecimento da consciência moral, do reconhecimento de seus limites e de seu uso crítico. Nota-se, novamente, como esta noção de papel do educador como alguém que apresenta aos alunos o meio, inclusive o digital, ressoa na legislação educacional brasileira. A Base Nacional Curricular Comum de 2018 preconiza como competência geral de toda a Educação Básica o seguinte:

compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (Brasil, 2018, p. 9).

Desta forma, é parte da tarefa docente apresentar aos educandos este meio, mas para que o utilize de forma autônoma, crítica, significativa e reflexiva, mediante uma consciência moral solidamente formada pela relação professor-aluno. Como pretendemos reforçar na sequência deste trabalho, além de apresentar estas tecnologias é importante que o educador tenha certo domínio desses instrumentos de mediação tecnológica, tal qual deve ser com qualquer outro conteúdo de componente curricular que apresenta aos seus alunos. Isso é essencial para que o professor exerça o papel de educador governante, como pretendia Rousseau, criador e condutor da experiência educativa, de maneira que esta última tenha forte ênfase preparatória para o exercício de sua liberdade e atuação política.

Diante destes novos meios é preciso retomar a compreensão do educador como governante. A relação entre educador e educando é uma relação de preparação, de forma que, no meio em que se insere, o educando não se guie apenas por seus instintos, mas está sob supervisão de um adulto consciente do lugar destes instintos na experiência educativa e no modo como devem ser canalizados na experiência humana. Por conta disso, o professor é governante e guia o aluno que utiliza estes meios tecnológicos até o momento em que ele consegue realizar seu autogoverno e, por isso, é governante temporário.

O papel do educador governante é o de orientar o aluno, promovendo seus primeiros direcionamentos, mas não o deixando totalmente livre. Como se sabe, o uso das tecnologias digitais pode ser danoso de diversas formas para todos os alunos das diversas etapas da educação básica. É danoso na medida em que o volume de informações impossibilita a avaliação de sua qualidade e veracidade de maneira crítica, mas também por conta do *cyberbullying*, assédio sexual e pedofilia. Neste sentido, o professor atua para promover o bem-estar do aluno neste cenário, porque sua ausência pode causar problemas de ordem psicológica e intelectual.

HANNAH ARENDT: EDUCAÇÃO E AUTORIDADE DOCENTE

Hannah Arendt discute a educação na obra *Entre o passado e o futuro*. É neste texto que a autora expõe o tempo/espaço do presente, uma quebra entre o passado e o futuro, compreendido como um campo de forças antagônicas e o modo como devemos lidar com ele.

É preciso notar que Arendt, nesta escrita, não pretende discutir a questão do tempo. Não é nesta obra que a autora realiza uma investigação aos moldes agostinianos sobre o conceito de tempo. A questão aqui é de uma análise entre as forças do passado, da história e as do futuro⁹ a partir do tempo presente e de suas crises, como a crise na educação. Tal crise apresenta-se, para a autora, como uma crise na própria noção de autoridade, uma vez que esta indica tais áreas como pré-políticas, em que a autoridade era naturalmente aceita e estabelecida, mas que, atualmente, não é mais estabelecida e reconhecida. Segundo Arendt (2007),

o sintoma mais significativo da crise, a indicar sua profundidade e seriedade, é ter ela se espalhado em áreas pré-políticas tais como a criação dos filhos e a educação, onde a autoridade no sentido mais lato sempre fora aceita como uma necessidade natural, requerida obviamente tanto por necessidades naturais, o desamparo da criança, como por necessidade política, a continuidade de uma civilização estabelecida que somente pode ser garantida se os que são recém-chegados por nascimento forem guiados através de um mundo preestabelecido no qual nasceram como estrangeiros. Devido a seu caráter simples e elementar, essa forma de autoridade serviu, através de toda a história do pensamento político, como modelo para uma grande variedade de formas autoritárias de governo, de modo que o fato de mesmo essa autoridade pré-política, que governava as relações entre adultos e crianças e entre mestres e alunos, não ser mais segura significa que todas as antigas e reputadas metáforas e modelos para relações autoritárias perderam sua plausibilidade. Tanto prática como teoricamente, não estamos mais em posição de saber o que a autoridade realmente é (p. 47).

No excerto anterior percebe-se, logo de início, que a educação é uma área pré-política em que a autoridade, como a do professor ou do pai/mãe, é vista como uma necessidade natural. O indivíduo precisa ser protegido pela família e educado pela escola, e isso implica que haja uma autoridade protetora e educacional. O pai e a mãe são autoridades porque são responsáveis diretos pela manutenção da vida dos filhos, provendo alimento, cuidando de sua saúde, dando-lhe as primeiras noções de respeito e moralidade. O educador é visto como autoridade na medida em que há uma necessidade política de conservação da civilização no tempo presente, e ele é o responsável por apresentar o nosso mundo às novas gerações.

A necessidade política da conservação da civilização indica o caráter público do educador, sendo incumbido pela sociedade no papel de autoridade educadora diante dos novos seres humanos que chegam a esse mundo. Neste sentido, ele move-se como autoridade, ainda que pré-política, em preparação para a vivência pública do aluno.

⁹ “A primeira coisa a ser observada é que não apenas o futuro – ‘a onda do futuro’ –, mas também o passado é visto como uma força, e não, como em praticamente todas as nossas metáforas, como um fardo com que o homem tem de arcar e de cujo peso morto os vivos podem ou mesmo devem se desfazer em sua marcha para o futuro. Nas palavras de Faulkner: ‘o passado nunca está morto, ele nem mesmo é passado’. Esse passado, além do mais, estirando-se por todo seu trajeto de volta à origem, ao invés de puxar para trás, empurra para frente, e, ao contrário do que seria de esperar, é o futuro que nos impele de volta ao passado. Do ponto de vista do homem, que vive sempre no intervalo entre o passado e o futuro, o tempo não é um contínuo, um fluxo de ininterrupta sucessão; é partido ao meio, no ponto onde ‘ele’ está; e a posição ‘dele’ não é o presente, na sua acepção usual, mas, antes, uma lacuna no tempo, cuja existência é conservada graças à ‘sua’ luta constante, à ‘sua’ tomada de posição contra o passado e o futuro” (Arendt, 2007, p. 17).

Com o avanço da modernidade, contudo, esta autoridade vem sendo colocada em questionamento. Um adolescente que apresenta atitudes de indisciplina e de questionamento da autoridade do professor pode, por um lado, repetir estas atitudes em casa. Outra possibilidade que ocorre com maior frequência é a de que a indisciplina e o questionamento da autoridade do professor sejam suplantados pelos seus pais, como relatam Pereira e Zuin (2019). Na pesquisa dos autores sobre a autoridade enfraquecida e a violência contra professores, é possível notar que no livro de ocorrência escolar os pais dão suporte para a indisciplina do alunado, como é visto na citação dos autores do Livro de Ocorrências da escola em que se deu a pesquisa, no dia 4 de setembro de 2014:

O aluno T.R.S. [2º ano – tarde] foi encaminhado à direção porque “estava brincando” durante a aula da professora de Sociologia, A. C., e quando chamou sua atenção ficou rindo. O pai foi informado e disse que acreditava na versão do filho e que se a professora quisesse que ele comparecesse à escola “iria escutar o que não queria” e “que seu filho jamais foi à direção” e “que acreditava que a professora foi injusta com seu filho” (Livro de Ocorrências citado por Pereira; Zuin, 2019, p. 14).

Conforme observa-se no Livro de Ocorrências citado pelos autores, a autoridade pré-política do professor não é mais aceita como natural. Há espaço para conjecturar que a atitude do pai de dar suporte à versão do filho, não à da docente, seja uma tentativa de resguardar sua autoridade perante a sua prole intacta em detrimento da professora. Diante de um momento em que a autoridade paterna também é questionada junto a do docente, reconhecer que o filho está errado pode ser visto pelo pai como um reconhecimento de uma falha em seu papel como educador, como alguém que prepara seu filho para a vida em sociedade mediante certos limites de boa convivência e de respeito pelos mais velhos, respeito esse que é exercido, já na infância, no ambiente escolar por meio do respeito à figura do professor.

Mesmo diante dessas circunstâncias, a educação ainda aparece no texto arendtiano, segundo Almeida (2008), entre um mundo que é dos mais velhos e o potencial transformador e renovador que as crianças trazem consigo. É, portanto, uma etapa necessária para o indivíduo e garantia da novidade dos tempos vindouros.

A reflexão arendtiana sobre autoridade inicia-se com a constatação de que não há, em sua época, uma experiência incontestada sobre o que é uma autoridade. Ao afirmar isso, parece possível, e até mesmo cabível, a presunção de que a autora estivesse se referindo ao desaparecimento dos líderes dos regimes totalitários, como o nazista e o soviético, de Hitler e Stalin. Segundo a filósofa, no entanto, a autoridade não inclui o uso da força, enquanto os líderes destes regimes tiveram a força bruta como elemento imprescindível para sua ascensão e manutenção¹⁰. Conforme a autora, “visto que a autoridade sempre exige obediência, ela é comumente confundida como alguma forma de poder ou violência. Contudo, a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesmo fracassou” (Arendt, 2007, p. 47).

¹⁰ Sobre isso ver Arendt, 1989.

O trabalho de Gruschka e Zuin (2020) faz uma análise de situações em que a autoridade educacional tentou, por meio da força, reestabelecer-se. O primeiro exemplo é o de um professor que destrói o celular de uma aluna, pois este atrapalhava a aula ao tocar *funk*. No segundo, a professora confisca o celular da aluna, mas esta entra em embate físico com a docente, e acaba por sair vencedora. O que deve ser notado nos exemplos dos autores é o seguinte: a autoridade não inclui o uso da força, e tentar reavê-la pela força é uma falência do pacto educacional realizado entre professores e alunos¹¹.

Para Arendt (2007), não é a ausência da força que levou à perda da autoridade. O que nos levou à perda foi, sobretudo, a perda da tradição, que resultou na perda da segurança. De fato, a tradição foi aquilo que conduziu a humanidade no passado, permitindo que esta enfrentasse as intempéries dos tempos mediante um guia. Neste sentido, a perda da tradição implica o esquecimento do passado. Vale lembrar aqui os moldes da educação medieval já relatados supra, em que o ensino se dava por meio da tradição, que, sobretudo a partir do século 13, baseou-se na leitura das autoridades, seja ela Aristóteles, Platão, Pedro Lombardo, Agostinho e os assim chamados *Padres da Igreja* (Le Goff, 2003).

As condições pelas quais a autoridade desaparece na esfera política geram a crise na educação, como a crise de autoridade. A autoridade pedagógica atua num sentido de fazer com que as pessoas obedeçam e compreendam o conteúdo, ao mesmo tempo em que retenham sua liberdade. Neste caminho de compreensão terminológica, a autora faz referência a Platão.

Na obra *A República*, Platão está interessado na discussão política. A obra inicia-se com uma questão primeira que é sobre mais vantajoso ser justo que injusto. De modo a resolver o debate, o personagem Sócrates busca, antes de tudo, compreender o que é justiça. É para isso que surge a grande imagem da Cidade Ideal; ela, que deve ser uma cidade justa, manifesta a justiça em cada um dos cidadãos. Uma cidade justa é aquela em que os governantes governam, os guardiões defendem os interesses dos governantes e, por fim, controlam o povo. Quem, porém, deve governar? O governante deve ser o mais sábio entre os guardiões. Neste sentido, Platão defende que o rei seja filósofo.

Quando, no entanto, nos aprofundamos no texto platônico, vimos tratar-se, também ali, de um texto sobre a prática educacional. De fato, Homero, e por extensão todos os poetas, era visto como o educador da Grécia. Reformar a educação grega é, num interesse último, alcançar a própria virtude para a cidade e os homens que nela

¹¹ Para Gruschka e Zuin (2020), o professor que quebrou o celular da aluna realizou um ato heroico, que gerou um sentimento de admiração em seus estudantes, relatado pela interjeição “Cara!” de um dos alunos após o momento. Ao ver o vídeo, contudo, a interjeição parece ser usada mais num sentido de espanto ou surpresa do que admiração. Não parece possível, pela interjeição de um só, que pode ser interpretada diferentemente, concluir que parte da turma, ou toda a turma, admirou o professor como se admira a um herói. Não parece digno, sobretudo, de atribuir o adjetivo *heroico* a um professor que fere a individualidade da aluna, quebra um pertence que custou o dinheiro de seus pais, em um ato que revela claro descontrole emocional. Parece que houve uma quebra do pacto educacional de respeito entre ambas as partes.

habitam. É notável que, por isso, Platão expulse os poetas da Cidade Ideal no Livro X da *República*. É com base nisso que o novo governante também será o educador¹².

O movimento argumentativo de Hannah Arendt (2007), ao suscitar o texto platônico, é o de atrelar autoridade e conhecimento. Esta relação refere-se a nossa discussão, e aqui cabe uma breve distinção na sua compreensão entre autoridade docente e autoridade dos pais. Embora, semelhante a Platão, a autoridade docente esteja vinculada ao conhecimento, para a filósofa ela se materializa quando o professor compartilha seu conhecimento social, científico e cultural e promove a orientação intelectual e a formação dos estudantes. Sua autoridade define-se a partir da sua competência acadêmica, experiência e capacidade de engajar os alunos no processo educacional. Essa autoridade não deve ser imposta de forma autoritária, mas construída por meio do diálogo e de uma relação interpessoal saudável entre o professor e o aluno. O professor precisa incentivar o pensamento crítico, a discussão aberta e a participação ativa dos alunos na sala de aula. Ao fazer isso, ele cria um ambiente em que a autoridade é compartilhada e construída coletivamente, permitindo que os alunos se tornem agentes ativos em seu próprio processo educacional.

Em relação à autoridade dos pais, Arendt (2007) reconhece esse aspecto como importante na educação das crianças, entendendo que eles têm a responsabilidade primordial de cuidar, proteger e guiar seus filhos durante os estágios iniciais de sua vida. Essa autoridade é fundamentada em um vínculo afetivo e no exercício de sua função parental e se materializa quando eles transmitem valores, princípios e tradições aos seus filhos, preparando-os para a vida adulta. O exercício desta autoridade, que estabelece uma relação de confiança e reconhecimento mútuo entre pais e filhos, também precisa abrir espaço para o exercício da autonomia dos filhos à medida que eles se desenvolvem.

Além de reconhecer a autoridade docente por meio de sua experiência e formação, cumpre notar que, para a autora, este conceito implica uma “obediência na qual os homens retêm sua liberdade” (Arendt, 2007, p. 52). Aqui, a liberdade, para a autora, consiste numa capacidade humana de fazer um início. Um novo início é uma aposta da filósofa em um mundo mais humano e, conforme denota Almeida (2008), Arendt é uma pensadora do “apesar de”, que, diante da barbárie, prefere apontar caminhos para a construção de um mundo mais humano e humanizante, onde seja possível conviver¹³. Neste sentido, a educação possui duas tarefas fundamentais: a de introduzir as novas gerações num mundo que os antecede, contribuindo, por meio desta tarefa, para que os estudantes conheçam o passado e a tradição mediante o conhecimento da arte, da literatura, da filosofia, das ciências e dos valores; e também, neste processo, a de contribuir para que estes desenvolvam sua singularidade, que

¹² Sobre isso ver Jaeger (2003).

¹³ “Apesar de tudo – mesmo apesar da barbárie do mundo moderno –, precisamos apostar no mundo humano. Esse é o espaço humano e ao mesmo tempo humanizante. O ser humano, contudo, também é capaz de destruí-lo e, com isso, possibilitar a barbárie como, segundo Arendt (1990), ficou evidente nos regimes totalitários. Isso não deve ser esquecido nem desculpado, mas temos de encontrar formas de continuar convivendo neste mundo” (Almeida, 2008, p. 471).

é condição de possibilidade para a construção de um mundo novo¹⁴. A educação, portanto, é necessária para a introdução das crianças em nosso mundo comum.

O exemplo desta educação como preparação para o mundo em comum é retirado pela filósofa da experiência educacional estadunidense. Durante e após a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos da América receberam grande quantidade de imigrantes das mais diversas origens, incluindo uma quantidade considerável de pensadores alemães, como Arendt, Horkheimer, Erich Fromm, entre outros.

Esses novos habitantes, tanto velhos quanto crianças, estão diante do Novo Mundo e devem (re)aprender os códigos sociais num processo que a autora chamou de americanização. A americanização reforça, primeiramente, a perda do sentido comum no qual a sociedade se encontrava neste período sombrio, como também aponta para a tarefa educacional da preparação da criança – o indivíduo – para o qual tudo é novo neste mundo comum, o mundo dos velhos, que já está posto.

Assim, é papel dos pais a responsabilidade pela vida das crianças como também pela continuidade do mundo. A família é, portanto, o primeiro local em que os mais novos se prepararam para o mundo comum. Na escola o estudante sai da esfera privada de seu lar para se encontrar com o domínio público. Nesta posição, o educador adquire o papel e a responsabilidade de ser representante do mundo.

OS DESAFIOS DA AUTORIDADE PEDAGÓGICA NO CONTEXTO DO NEOTECNICISMO E DA CULTURA AUDIOVISUAL

Como ficou demonstrado anteriormente, Rousseau e Arendt, ainda que nomeiem de maneira diferente o papel do educador, atribuem-lhe um sentido muito parecido. Para o filósofo genebrino, o papel do educador é um papel de governante temporário, como também deve atuar cultivando no educando a sua natureza, sendo mediador entre este e o meio. A filósofa, por sua vez, compreende o docente como autoridade pedagógica e social, tendo em vista sua responsabilidade de representante do mundo comum, responsabilidade que é atribuída pela sociedade e que ele, o docente, assumirá diante dos educandos escolares. Estas duas posições, justapostas, não parecem ser muito diferentes. O educador como governante e como autoridade parecem noções bastante próximas, e seus papéis de mostrar o mundo ou ser representante do mundo são muito parecidos. Além disso, o trabalho do educador é preparar seus alunos para a vida política, tanto em Rousseau quanto em Arendt. No primeiro, a educação prepara para a cidadania democrática; na segunda, o ambiente educacional escolar prepara para a vida ativa e para a atuação na esfera do espaço público após o tempo da escolarização básica, além de entender que essa preparação é uma necessidade e uma função política que a escola cumpre para a conservação da civilização e a construção de um mundo comum.

Há discordância entre os dois e ela é enunciada pela própria Arendt na relação entre educação e política. Como visto anteriormente, Rousseau defende o papel central

¹⁴ “Não preparamos as crianças apenas para funcionar e satisfazer suas necessidades e desejos, mas para que futuramente possam fruir e recriar o mundo” (Almeida, 2008, p. 470).

da educação para a criação e manutenção da democracia. Ela é uma das responsáveis pela autonomia do cidadão, preceito fundamental para que a vontade geral e soberana não possa errar. Hannah Arendt (2007) aponta para uma direção contrária, afirmando “um ideal educacional, impregnado de Rousseau e de fato diretamente influenciado por Rousseau, no qual a educação tornou-se um instrumento da política, e a própria atividade política foi concebida como uma forma de educação” (Arendt, 2007, p. 78). Em decorrência disso, a pensadora do século 20 mostra que a educação não pode desempenhar papel prioritário na política. Mais ainda, a política não tem papel formador na educação. São âmbitos que devem ser separados para não incorrer no risco de uma doutrinação. Segundo ela, a ideia de começar a partir do âmbito escolar um mundo novo tem traços de ditatorial, como é possível ler no trecho a seguir:

o papel desempenhado pela educação em todas as utopias políticas, a partir dos tempos antigos, mostra o quanto parece natural iniciar um novo mundo com aqueles que são por nascimento e por natureza novos. No que toca à política, isso implica obviamente um grave equívoco: ao invés de juntar-se aos seus iguais, assumindo o esforço de persuasão e correndo o risco do fracasso, há a intervenção ditatorial, baseada na absoluta superioridade do adulto, e a tentativa de produzir o novo como um *fait accompli*, isto é, como se o novo já existisse. Por esse motivo, na Europa, a crença de que se deve começar das crianças se quer produzir novas condições, permaneceu sendo principalmente o monopólio dos movimentos revolucionários de feição tirânico que, ao chegarem ao poder, subtraem as crianças a seus pais e simplesmente as doutrina. A educação não pode desempenhar papel nenhum na política, pois na política lidamos com aqueles que já estão educados (Arendt, 2007, p. 78).

Como fica claro no trecho citado, portanto, a educação em Arendt não lida de maneira direta com a política, tampouco esta última deve intervir sobre ela para não cair em tendências ditatoriais.

Esta discordância parece possível de ser superada por meio de um único paradigma: o da liberdade. Para Rousseau, como já afirmamos anteriormente, o governante temporário prepara o estudante para o seu próprio governo e a vivência da autonomia. Em seguida, a autonomia será relacionada por Kant (2007) à liberdade como uma capacidade de autolegislação, o que parece bastante próximo à vivência do seu autogoverno. Neste sentido, pode-se destacar que em Rousseau o governo temporário é a preparação para a liberdade.

Hannah Arendt é clara neste sentido, compreendendo ser lícito que o aluno aprenda como viver no velho mundo junto a seu professor e, secretamente, ou até de maneira explícita, deseje transformá-lo. Para a autora, “o educador está aqui em relação ao jovem como representante de um mundo pelo qual deve assumir a responsabilidade, embora não o tenha feito e ainda que secreta ou abertamente possa querer que ele fosse diferente do que é” (2007, p. 83). Neste sentido, a educação parece ganhar em Arendt os contornos políticos, posto que apenas a prática do pensar público e da vida política são meios para que os estudantes transformem o mundo de fato. É mediado pelas experiências oferecidas no ambiente educacional para a leitura do mundo que o aluno, já não mais na condição de tutorado, pode, no uso público da razão, alterar o mundo. Aqui fica claro, porém, que, para a autora, essa demanda da ação e da renovação

do mundo se dá a partir de um momento posterior em que as novas gerações, após serem preparadas e conhecerem o nosso mundo na escola, poderão, no exercício de sua liberdade e autonomia, atuar politicamente para transformar as instituições e o mundo comum conforme essa situação do futuro lhes aprouver.

Conforme o pensamento da autora, podemos considerar a liberdade do educando até mesmo no interior da sala de aula, pois os estudantes podem, de maneira explícita, manifestar sua inconformidade com o atual estado das condições da vida em sociedade. Isto não significa que eles poderão, de maneira pragmática, escolher o que irão estudar, pois a função de definir o que será ensinado é responsabilidade do professor que conhece o mundo e o apresenta em razão da construção de uma vida ativa para um mundo comum.

Neste sentido, é importante notar o quanto a perda da autoridade pedagógica nos tempos atuais relaciona-se com a perda de um sentido comum, que Arendt compreende que deve ser conservado. Chama ainda atenção para a nova lógica economicista que se impõe ao mundo, como aponta Almeida (2008), que contribui cada vez mais para a perda desse sentido comum denotado por Arendt. Trata-se de uma lógica utilitarista, pragmática, em que as relações são pautadas em torno das satisfações de necessidades, reais ou artificiais. Nos termos constitucionais, a educação tem por responsabilidade a formação para o exercício da cidadania, como também o exercício da profissão. Em nome do exercício da profissão e da criação de uma escola mais atrativa aos jovens, contudo, ocorreu, em 2017, por exemplo, a reforma do Ensino Médio, em que se observa um evidente apelo ao pragmatismo, que opõe dois âmbitos do mundo, segundo Arendt: o do trabalho e o do pensamento.

O exemplo do Livro de Ocorrências, citado na seção anterior, trata da reação de um aluno dentro de uma disciplina específica: a Sociologia. A Sociologia tem como ponto de partida a leitura do mundo e da sociedade, incentivando o pensamento crítico. A disciplina, porém, não produz ganho material nenhum ao estudante no futuro. De fato, o conhecimento das disciplinas da área das Humanidades não é pragmático e, sobretudo, não são úteis ao mundo do labor, especialmente do ponto de vista de quem contrata. Do contrário, um funcionário que conheça seus direitos sociais, trabalhistas, reconheça as desigualdades de gênero, de renda, entre outras, torna-se um problema para o seu patrão na medida em que há nele forte tendência à sindicalização e aglutinação com outros em torno de uma mobilização por melhores condições de trabalho. O relato do Livro de Ocorrências é insuficiente para afirmarmos, mas cabe a seguinte questão: O aluno teria a mesma atitude perante a disciplina de Matemática? Seu pai o teria apoiado se o professor ou a professora estivesse ensinando equação de segundo grau ao invés de Karl Marx, Weber e Durkheim?

Esta lógica pragmática impõe-se à educação na medida em que esta se atrela ao ensino do empreendedorismo, da tecnologia e da inovação. Não se trata aqui de afirmar se estas habilidades devem ou não ser ensinadas no ambiente escolar, mas denotar que o cultivo destas competências, incluídas nas diversas etapas do Ensino Médio brasileiro pela *Base Nacional Curricular Comum* (Brasil, 2018), responde àquele neotecnicismo empreendedor que entrou na educação.

O Novo Ensino Médio, proposto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que permite ao estudante escolher um itinerário sobre o qual deseja se aprofundar deixando outras disciplinas restritas a uma quantidade menor de carga horária, traz novamente uma relação com a perspectiva neoliberal. Chama-se a atenção para o modo como a educação tem se adaptado cada vez mais à ótica de mercado, em que o estudante escolhe o que quer ler, o que quer aprender, quantas aulas deve ter e como as aulas devem ser. Nesse sentido, a reforma do Ensino Médio esvazia a missão da educação para a construção de um “mundo comum”, o mundo no qual as novas gerações estão entrando. É a partir da exclusão de conteúdos importantes, como artes, filosofia, literatura, sociologia, que uma reforma deste tipo interfere e fere a possibilidade de liberdade, entendida como a capacidade de criar algo, tendo em vista a impossibilidade de criação de algo sem a compreensão do seu antecedente, das suas limitações e a realização da crítica dele.

Este projeto de educação que hoje é proposto coloca para o estudante que o único sentido para a vida é o trabalho. A retirada das disciplinas de humanidades e a seleção de itinerários formativos, implicam tão somente na escolha dos estudantes pelo caminho que lhes dê maior retorno financeiro: a formação técnica. Tal formação, na medida em que o exclui do contato e debate daquilo que constitui a humanidade, cria, neste indivíduo que surge, um ser atomizado, incapaz de reconhecer a sociedade que recebe de seus pais e de colaborar na construção de um mundo comum proposto por Arendt. Tal educação caminha, principalmente, na contramão da proposta rousseauiana, em que o reconhecimento do bem comum está atrelado à vivência da cidadania.

O novo sujeito social parece caminhar individualmente, sem preocupação com a sociedade que lhe cerca, pois sobre esta parece nada poder fazer. Não sabe o que significa justiça, igualdade, verdade, bem-estar social, uma vez que todos estes termos resumiram-se ao que é útil para ele¹⁵. A retomada do sentido comum, da educação como formação para a cidadania, para a vida ativa no mundo que está se criando diante dos estudantes, passa pela retomada da autoridade do professor. É preciso que este seja realmente governante temporário, autoridade pedagógica e social, como sugerem os filósofos aqui apresentados.

Em situações de teorias da conspiração ou riscos para a formação crítica que adentram a sala de aula por meio da cultura audiovisual, torna-se necessário repensar a própria figura do docente, o modo como ele se constitui e que papel pode exercer. Neste sentido, cumpre retomar o modo como Arendt, seguindo fortes indicações platônicas, atrela conhecimento e autoridade. A autoridade pedagógica e social não se apresenta, portanto, como totalitária, quando o aluno não pode apresentar suas inquietações. Por outro lado, o professor precisa ser uma autoridade porque possui conhecimento aprofundado da natureza de seu trabalho, como também do mundo em geral, uma vez que ele é representante do mundo diante da criança e do adolescente. Nesse sentido, consideramos como um desafio aos professores a constituição de sua autoridade na sociedade tecnológica.

¹⁵ Sobre este esvaziamento dos conceitos em prol da utilidade, ver a análise de Horkheimer (2002).

Como forma de pensarmos sobre a questão levantada, Guimarães (2008), apoiada na teoria vygotskyana, afirma que a prática docente se baseia na premissa de que no ser humano a dimensão afetiva não é separável da cognitiva, sendo forçosa para o aprendizado a paixão pelo objeto de conhecimento. Esta relação afetiva entre aluno-objeto só é possível a partir da relação afetiva entre professor-objeto, que é demarcada, notadamente, pelo conhecimento profundo que o docente tem do seu conteúdo, desde o ensino primário até o Ensino Superior.

É notável que este conhecimento, a relação afetiva professor-aluno, aliado a uma boa didática, compreendendo-se o docente como mediador entre aluno e objeto, enseja no aluno confiança de que o conteúdo tratado em aula é pertinente e relevante para a compreensão do mundo comum. Desse modo, o uso de canais de *YouTube*, como também de outras redes sociais e tecnologias da informação e comunicação, torna-se meio de aprofundamento consciente, crítico, e precisa ser incentivado pelo professor, que conhece, de antemão, esses canais e que os vincula ao currículo com profundidade e qualidade necessárias.

O artigo de Zuin e Zuin (2020) reforça esta questão das relações professor-aluno no cenário do neotecnismo. Os autores iniciam por indicar que “a elaboração da consciência moral se fundamentou, historicamente, nas contradições presentes nos sentimentos de admiração e crítica do aluno em relação à figura do professor” (Zuin; Zuin, 2020, p. 3). A partir de Freud, os autores apontam para a maneira como os professores se relacionam, não somente com o aprendizado dos conteúdos de forma sistemática, tendo em vista a pontuação numa avaliação, mas, sobretudo, para o modo como estes conteúdos se fazem presentes nas experiências dos alunos. Mídia digital alguma é capaz de substituir a presença do professor em sala de aula, do mesmo modo que é impossível renunciar ao uso das novas tecnologias no ensino. A questão a ser trabalhada é colocá-las como instrumentos, como *meio* para a educação, não como o *fim* da própria educação, reforçando a centralidade da autoridade docente, das decisões que este toma e do modo como aborda o objeto de conhecimento no processo educacional.

Do ponto de vista do preparo dos alunos para a utilização das redes digitais, é importante que o professor seja conhecedor dessas ferramentas. Como pode-se afirmar a partir do pensamento de Hannah Arendt, o professor precisa ter extenso conhecimento do mundo que ele representa. O cenário que temos hoje em sala de aula é de professores que possuem limites em sua formação cultural e tecnológica, pois não incorporaram esses conhecimentos sobre o mundo quando terminaram a formação inicial de Licenciaturas. Atualizando o conceito de autoridade, entendemos que o professor necessita incorporar em sua formação pedagógica o conhecimento sobre o mundo em que vivemos, e isso, necessariamente, implica uma sólida formação política e cultural que, inclusive, contempla o domínio das mediações tecnológicas para que possa auxiliar seus estudantes no conhecimento desta sociedade da cultura audiovisual.

No recente contexto pandêmico, quando houve a necessidade de realizar o distanciamento social e, por conta disso, as escolas foram fechadas, o analfabetismo digital, por parte dos docentes, ficou escancarado. Por vezes, a dificuldade dos professores com as novas ferramentas digitais impediu que os alunos que não tinham

como acessar as redes pudessem acompanhar as aulas de maneira síncrona, por isso ficaram excluídos dos processos de aprendizagem. Parte dos docentes não sabia como utilizar as plataformas, tornando toda a ação comunicativa mais problemática para os discentes. Instituições como as Secretarias Estaduais e Municipais de Ensino, e também as próprias universidades, foram obrigadas a oferecer cursos sobre como se utilizam as plataformas de mediação educacional com suporte das tecnologias. Daí conclui-se que essa condição de falta de conhecimento tecnológico possa ser mais um fator que contribuiu para a perda da autoridade do professor, em especial na Educação Básica.

Por outro lado, é necessário atentar para o modo como se estrutura a prática docente, uma vez que os professores não têm bons salários e, devido à precarização que a categoria vem sofrendo durante anos, assumem cada vez mais um maior número de aulas, chegando a 30 ou 40 horas semanais em sala de aula. Ainda que este docente possua uma formação inicial de excelência, em que momento poderá realizar, com qualidade, sua formação continuada? Quando o docente pode cumprir com a tarefa de pensar e criar atividades pedagógicas que incorporem os recursos tecnológicos? É pouco provável que a situação educacional melhore sem haver, da parte dos governantes e da sociedade, uma valorização do trabalho docente na perspectiva da autoridade pedagógica e social.

Do mesmo modo, entendemos que é preciso investir em políticas públicas para a formação de professores em relação ao tema da mediação tecnológica das práticas educativas. Neste sentido, uma iniciativa duvidosa quanto aos propósitos formativos ocorreu no Estado de São Paulo, no ano de 2020, com o *Programa Computador do Professor*¹⁶, uma ação realizada diante da situação pandêmica que escancarou a falta de dispositivos para que os professores se atualizassem digitalmente¹⁷. Aqui ressaltamos que não basta o acesso aos equipamentos e às plataformas de comunicação e de informação, mas é necessário um investimento na formação pedagógica e nos processos didáticos que incorporem a mediação tecnológica, pois a conquista da autoridade docente também se dá pelo saber fazer, ou seja, pelo domínio do processo pedagógico e didático, como já foi evidenciado no pensamento educacional de Rousseau.

Acreditamos ser possível recuperar a autoridade docente nos moldes do elo pedagógico tradicional em que o professor é autoridade e governante da experiência educacional ofertada aos estudantes. Não há, entretanto, como retornar ao modelo de relação professor-estudante do passado, pois as estruturas sociais de comunicação e informação foram alteradas pela dinâmica concorrencial mercadológica do capitalismo globalizado. A falsa ilusão da ideologia neoliberal de uma sociedade pautada no permissionismo, ausência de regras morais, hedonismo e liberalismo sem limites, não combinam com os ideais de sociedade democrática e de construção de um mundo comum, conforme idealizavam Rousseau e Arendt.

É possível, no entanto, dar novo sentido às práticas pedagógicas, demonstrando ao estudante que o aprendizado realizado no âmbito escolar não se reduz à técnica,

¹⁶ Decreto nº 65.231, de 7 de outubro de 2020 e Resolução Seduc nº 78, de 27-10-2020.

¹⁷ Portal do Governo de São Paulo. *Programa computador do professor*. São Paulo, 11 de mar. 2021. Disponível em: <https://deadamantina.educacao.sp.gov.br/programa-computador-do-professor/>. Acesso em: 16 jun. 2021.

à preparação para o trabalho, ao pragmatismo mercantil, mas implica pensamento, formação cidadã, construção da autonomia e da liberdade para que as novas gerações possam criar um mundo novo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a exposição de algumas referências teóricas e problematizações sobre o tema da autoridade docente, cumpre agora retornar à pergunta problema apresentada na introdução deste artigo, a saber: Entre o passado e o futuro, quais desafios se colocam para o exercício do papel do educador do presente?

Como considerações a respeito deste problema, começamos por afirmar que a racionalidade neoliberal vem influenciando as escolas por meio do neotecnicismo empreendedor, e que as tecnologias digitais se tornaram centro tanto da socialização quanto também da prática educacional. Desse modo, a educação tornou-se cada vez mais pragmática, utilitarista, como mostram Zuin e Zuin (2020) e conforme já havia sido diagnosticado por de Hannah Arendt em “Crise da educação”. Estamos diante da perda do sentido comum de mundo, do espaço de construção da formação cultural e política, em favor da técnica, do trabalho e do lucro. Desta forma, o papel do professor como representante de um mundo comum diante dos estudantes torna-se cada vez mais desafiador. Além disso, o neotecnicismo atribui ao acesso às tecnologias de informação e comunicação o papel central da socialização, como já dissemos, em detrimento do aprendizado de valores cidadãos e princípios éticos que ficam em segundo plano.

Diante destas novas situações, a filosofia de Arendt e Rousseau parecem apontar alguns caminhos para respondermos à questão proposta em nossa introdução. De Rousseau podemos apreender o papel do educador governante, que apresenta ao estudante o meio em que este vive, levando-o a uma experiência que o encaminhe para a autonomia e para o exercício da liberdade. Neste sentido, em um período em que os meios digitais se tornaram parte do cotidiano, cabe ao docente introduzir os estudantes neste meio. Isso, no entanto, não significa a permissividade, mas é preciso que se compreenda as regras do convívio digital, as normas de segurança em rede, etc. A BNCC parece ressoar estas noções rousseauianas na medida em que traz, como critério geral de toda a educação básica, o que o estudante precisa: “compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais” (Brasil, 2018, p. 9).

Em Arendt, por intermédio da autoridade docente pautada no conhecimento, podemos encontrar luzes para uma vivência em sala de aula que inspire confiança aos alunos. Além disso, cumpre ao professor motivar os alunos na tarefa do *pensar* como forma de exercer a sua liberdade. É necessário que o discente receba um mundo velho, do qual o seu professor é representante exímio, tendo em vista seu conhecimento, mas, também, que seja incentivado a pensar as novas possibilidades de mundo mediante o sentido comum recebido em sala de aula e da criação de novas possibilidades de fortalecimento da construção da dignidade humana por meio da esfera da política, tarefa que as novas gerações poderão assumir.

Com o processo de democratização de acesso às mídias digitais, entretanto, entendemos que não haverá retrocesso ao elo pedagógico tradicional. As relações

entre professor e aluno foram modificadas, não sendo possível retornar ao molde educacional anterior da pesquisa realizada na biblioteca, do monopólio da informação e do conhecimento na figura do professor. É preciso reafirmar, contudo, que a relação professor-aluno é decisiva para o processo de formação do estudante. O aluno, quando desconsidera a autoridade formativa do professor, substituindo-a pela cultura do audiovisual, obstaculiza a constituição de sua própria consciência moral, impedindo que a educação promova seu objetivo constitucional, que é o do desenvolvimento pleno da pessoa humana e a formação cidadã.

Diante disso, é preciso repensar a autoridade do professor e contextualizá-la em nosso tempo presente. Como apontam Zuin e Zuin (2020), o papel do professor implica impelir os alunos à pesquisa, à coleta de dados, sua filtragem e elaboração crítica. Por conta disso, é necessário reafirmar a postura do educador como governante, autoridade social e pedagógica, como defenderam Rousseau e Arendt. A educação é, portanto, decisiva na formação do indivíduo, e o professor poderá continuar exercendo um papel significativo dentro deste processo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Vanessa Sievers de. Educação e liberdade em Hannah Arendt. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 465-479, set./dez. 2008.
- ARENDRT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- ARENDRT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018. Regra Geral.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2016.
- CAMPOS, Luis Fernando Altenfelder de Arruda; LASTÓRIA, Antônio Calmon Nabuco. Semiformação e inteligência artificial no ensino. *Pro-Posições*, Campinas, v. 31, n. 1, p. 1-18, fev. 2020.
- CRIOLO. *Menino mimado*. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f28vdAn5TBU>. Acesso em: 23 fev. 2021.
- GRUSCHKA, Andreas; ZUIN, Antônio Álvaro Soares. A invasão do smartphone na sala de aula: sobre a autoridade do professor, violência, o privado e o público no ensino. *Devir Educação*, Lavras, v. 4, n. 1, p. 199-221, jan./jun. 2020.
- GUIMARÃES, Daniela Cavani Falcin. *A afetividade na sala de aula: as atividades de ensino e suas implicações na relação sujeito-objeto*. 2008. 148 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Curso de Educação, Campinas, 2008.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Editora Centauro, 2002.
- JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- MANACORDA, Mário Alighiero. *História da educação: da Antiguidade aos nossos dias*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- PEREIRA, Antônio Igo Barreto; ZUIN, Antônio Álvaro Soares. Autoridade enfraquecida, violência contra professores e trabalho pedagógico. *Educar em Revista*, Curitiba: FapUNIFESP, v. 35, n. 76, p. 331-351, ago. 2019. (SciELO).
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emílio, ou, da educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *O contrato social*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- WENDT, Cristiano Eduardo; DALBOSCO, Cláudio Almir. Iluminismo pedagógico e educação natural em Jean-Jacques Rousseau. *Educação*, Santa Maria, v. 37, n. 2, p. 229-240, p. 229-240, maio/ago. 2012.

ZUIN, Vânia Gomes; ZUIN, Antônio Álvaro Soares. A autoridade pedagógica diante da tecnologia algorítmica de reconhecimento facial e vigilância. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 41, p. 1-15, 2020.

Autor correspondente:

Carlos Betlinski

Universidade Federal de Lavras – Ufla

Trevo Rotatório Professor Edmir Sá Santos, s/n. Caixa Postal 3037

CEP 372023-202. Lavras/MG, Brasil.

E-mail: carlosbetlinski@ufla.br

Todo conteúdo da Revista Contexto & Educação
está sob Licença Creative Commons CC – By 4.0.